



**CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS**



**08/06/2014**

**Cargo: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO**



**CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS**

*08 de junho de 2014*

**Nível MÉDIO**

**Cargo: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO**

**GABARITO DO CANDIDATO**

01.	11.	21.	31.
02.	12.	22.	32.
03.	13.	22.	33.
04.	14.	24.	34.
05.	15.	25.	35.
06.	16.	26.	36.
07.	17.	27.	37.
08.	18.	28.	38.
09.	19.	29.	39.
10.	20.	30.	40.

**Português**

Texto I, para responder às questões 1 a 5.

**SOFRIDA REPÚBLICA**

Os desmandos expostos diariamente na mídia causam imenso prejuízo à nação. Além de dano econômico, resultam em consequências piores, de ordem imaterial. Geram dor, revolta e desesperança. A insegurança acarreta o medo e, com ele, a descrença nas instituições.

Notícias recentes revelam a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras. Depredações do patrimônio público e privado, incêndios, confrontos, morte. Não faltam motivos para o descontentamento que se percebe. A população tem muito a reivindicar aos poderes públicos, mas assombra-me a opção pela violência. Nosso país enfrenta grave crise, cuja origem está na falta de educação e de valores éticos.

A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos. Pretender fazer justiça com as próprias mãos inviabiliza a vida em sociedade e transforma-nos em reféns uns dos outros.

Urge o aparecimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base ética, focadas no futuro, dispostas a dar o melhor de si em prol do outro, na busca da construção de uma realidade inclusiva, na qual prevaleça o bem-estar coletivo.

Deve-se abandonar a noção individual de sucesso, a fim de entender que a ausência de paz social impede-nos de usufruir até mesmo daquilo que se conquistou com tanto esforço. Há de se ter em mente que a vitória pessoal será sempre pequena quando for dissociada do contexto em que se vive, quando não se reverte em proveito alheio, quando estiver limitada ao ganho financeiro ou à obtenção do cargo público para dele se servir.

A sociedade paga o preço das escolhas que faz. Descabe insistir na infantil ideia de que as riquezas nacionais são do povo, mas os problemas pertencem apenas aos detentores do poder. É preciso socializar a responsabilidade pela mudança do que não deu certo.

A sociedade brasileira não é vítima. É sim autora – considerados os políticos que se valem do cargo eletivo não para servir ao outro, mas locupletarem-se. Enfim, quem os escolheu?

(Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral. In.: Folha de São Paulo, 02 de março de 2014. – com adaptações)

**01** Buscando dar consistência ao seu texto, Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello lança mão de estratégias argumentativas. Dentre as estratégias listadas abaixo, qual delas o autor emprega com mais frequência?

- a) Apelo emocional.
- b) Relação de causa e consequência.
- c) Comparação e contradição.
- d) Dados estatísticos.
- e) Argumentos de autoridade.

**02** Marque F (falso) ou V (verdadeiro) para inferências a partir do texto:

- I) A descrença nas instituições ocasiona reivindicações violentas.
- II) Fazer justiça com as próprias mãos coaduna com os princípios da república.
- III) Não saber escolher governantes tem relação com falta de educação e ética.
- IV) Os políticos brasileiros são os únicos responsáveis pelos problemas do Brasil.

A sequência correta é:

- a) V F F V.
- b) V V F F.
- c) F F V V.
- d) V F V F.
- e) F V F V.

**03** Ao concluir o texto com a frase interrogativa, o autor do texto utiliza uma estratégia discursiva que busca:

- a) Ratificar a ideia de que a sociedade brasileira é corresponsável pelos problemas existentes no Brasil.
- b) Levantar curiosidade que gera especulação acerca dos desmandos expostos diariamente na mídia.
- c) Produzir uma pergunta para simplesmente levar o leitor a pensar numa resposta plausível.
- d) Testar o grau de compreensão do leitor acerca dos preceitos republicanos que alicerçam a sociedade brasileira.
- e) Produzir um clima de suspense em relação ao assunto a ser discutido.

04) O principal objetivo do texto é:

- a) Apresentar o alto índice de violência da sociedade brasileira atual e suas causas.
- b) Denunciar os governantes no que diz respeito a sua omissão em relação ao combate à violência.
- c) Alertar os leitores da responsabilidade de cada um para que prevaleça o bem-estar coletivo.
- d) Denunciar a falta de fiscalização no que concerne o uso e os gastos do dinheiro público.
- e) Expor a indignação do autor em relação aos desmandos diariamente expostos na mídia.

05) Com base no fragmento *A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos* (3º§), é correto afirmar que o autor do texto

- a) defende a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras.
- b) insinua que os políticos têm comportamento desprezível frente a esses protestos.
- c) insinua-se contrário à máxima bíblica: “olho por olho, dente por dente”.
- d) supõe que seja conveniente o aparecimento de novas lideranças partidárias.
- e) repudia os atos de violência presentes nos protestos contemporâneos.

Texto II, para responder às questões 6 e 7.



(<http://photos1.blogger.com/blogger/3052/2867/1600/charge%2031-08.jpg>)

06) Em relação aos textos I e II, acima apresentados, a alternativa que traz a afirmação verdadeira é:

- a) Ambos os textos satirizam a incapacidade do eleitor brasileiro no concernente às escolhas de seus governantes.
- b) Ambos os textos chamam a atenção do eleitor brasileiro para sua responsabilidade na escolha de seus governantes.
- c) Ambos os textos são de gêneros intrinsecamente diferentes e, portanto, não podem se complementar, nem ser comparados.
- d) Ambos os textos ratificam a urgência do surgimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base teórica.
- e) Ambos os textos objetivam denunciar a politicalha existente no Brasil.

07) Considerando os recursos linguísticos e imagéticos da charge, assinale as afirmações verdadeiras:

- I) A possibilidade de inferência de que o autor da charge refere-se ao eleitor brasileiro situa-se no texto não verbal.
- II) Pode-se acrescentar à primeira preposição *de* o artigo definido as [das drogas] mantendo-se o mesmo sentido e respeitando-se a regência formal.
- III) Na sentença *O maior traficante de drogas deste país é você*, há um pronome demonstrativo cuja função dêitica remete ao Brasil, recuperado através da imagem.
- IV) O emprego da vírgula na organização do texto verbal justifica-se pela presença do sujeito “mau eleitor”.

Estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Texto III, para responder às questões 8 e 9.

**ADMIRÁVEL GADO NOVO**

Vocês que fazem parte dessa massa  
 Que passa nos projetos do futuro  
 É duro tanto ter que caminhar  
 E dar muito mais do que receber  
 E ter que demonstrar sua coragem  
 À margem do que possa parecer  
 E ver que toda essa engrenagem  
 Já sente a ferrugem lhe comer  
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado  
 Povo marcado eh! Povo feliz...  
 Lá fora faz um tempo confortável  
 A vigilância cuida do “normal”  
 Os automóveis ouvem a notícia  
 Os homens a publicam no jornal  
 E correm através da madrugada  
 A única velhice que chegou  
 Demoram-se na beira da estrada  
 E passam a contar o que sobrou  
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado  
 Povo marcado eh! Povo feliz...  
 O povo foge da ignorância  
 Apesar de viver tão perto dela  
 E sonham com melhores tempos idos  
 Contemplam esta vida numa cela  
 Esperam nova possibilidade  
 De verem este mundo se acabar  
 A arca de Noé, o dirigível  
 Não voam nem se pode flutuar  
 Não voam nem se pode flutuar  
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado  
 Povo marcado eh! Povo feliz...

(Zé Ramalho. Ed. EMI Songs BR-SME-79/00007)

08) Considerando aspectos sintático-semânticos do texto e seu funcionamento, sinalize as assertivas corretas (C) e as erradas (E):

- I) No 31º verso, *Não voam nem se pode flutuar*, a flexão de plural em “voam” justifica-se pela concordância com o sujeito da oração, cujos núcleos são *arca de Noé* e *dirigível*.
- II) No 4º verso, *E dar muito mais do que receber*, a preposição *de*, empregada antes de *que*, é exigência sintática da forma verbal *dar*; portanto sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.
- III) No 6º verso, *À margem do que possa parecer*, a ausência do acento indicativo de crase altera a função sintática do termo *à margem*.
- IV) No 17º verso, *Demoram-se na beira da estrada*, o deslocamento do pronome *se* para imediatamente antes da forma verbal *demorar – se demoram na beira da estrada* – não prejudicaria a correção gramatical do texto, segundo a tradição.

A sequência correta é:

- a) C E C E.
- b) C C E E.
- c) E C E C.
- d) C E E E.
- e) C C C E.

09) A alternativa em que o vocábulo *já* tem o mesmo significado que aquele presente no 8º verso – *Já sente a ferrugem lhe comer* – é:

- a) Agradeço desde *já* qualquer ajuda que possa conceder.
- b) Ela foi tão rude, que ele *já* não queria vê-la.
- c) O eleitor *já* vê os resultados da campanha.
- d) Como terei entrevista à noite, *já* deixei o currículo pronto.
- e) Se eles aprenderem a votar, *já* é um bom começo.

10 Os enunciados dispostos abaixo formam o texto “O leão fugido” do autor Millôr Fernandes (1963, com adaptações). Reconstitua o texto, recuperando a ordem correta desses enunciados. Em seguida, assinale a sequência correta.

- ( ) O cavalheiro, ouvindo o aviso, voltou-se.
- ( ) E morreu de um ataque do coração.
- ( ) Não adianta nada.
- ( ) Viu o leão.
- ( ) Acabei de ouvir dizer que um macaco fugiu do circo agora mesmo.
- ( ) Bateu delicadamente nas costas do senhor,
- ( ) Aí caminhou pé ante pé.
- ( ) E disse disfarçando a voz leonina o mais possível.
- ( ) O leão então murmurou tristemente:
- ( ) É tal a nossa fama de ferocidade
- ( ) quando viu um senhor à sua frente.
- ( ) que matamos,
- ( ) Um leão fugido do circo vinha correndo pela rua
- ( ) mesmo quando queremos agir em favor do próximo
- ( ) Cavalheiro, tenha cuidado e, muita calma;

A sequência correta é:

- a) 15, 6, 5, 9, 10, 3, 7, 11, 8, 13, 1, 4, 12, 14, 2.
- b) 5, 1, 7, 4, 13, 15, 3, 8, 10, 11, 2, 6, 9, 12, 14.
- c) 13, 11, 6, 15, 7, 4, 8, 9, 3, 5, 10, 12, 1, 2, 14.
- d) 13, 11, 7, 6, 8, 15, 5, 1, 4, 2, 9, 3, 10, 12, 14.
- e) 13, 7, 11, 1, 8, 3, 10, 12, 6, 2, 9, 15, 5, 4, 14.

**Legislação**

**11** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- b) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) União, Estados e Municípios.
- d) União, Distrito Federal e Municípios.
- e) União, Estados, Distrito Federal e Territórios.

**12** O município pode ser definido como pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos e de acordo com as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das competências do município:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- d) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

**13** Excepcionalmente, a Constituição Federal de 1988 prevê situações (de anormalidade) em que haverá intervenção, suprimindo-se, temporariamente, a autonomia dos entes federativos. As hipóteses, por trazerem regras de anormalidade e exceção, devem ser interpretadas restritivamente, consubstanciando-se um rol taxativo. Sobre intervenção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional.
- b) O Estado poderá intervir em seus Municípios, assim como a União nos Municípios localizados em Territórios Federais quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- c) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- d) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de 30 dias.
- e) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

**14** O art. 18, §4º, da Constituição Federal de 1988, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 15/96, estabelece as regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, nos seguintes termos:

- a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- b) Os municípios serão criados, incorporados e desmembrados por lei municipal, mediante referendo, sem que seja necessária a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, sem que haja necessidade de divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- e) Os municípios serão criados, incorporados ou desmembrados de acordo com o interesse do governante público, sem que seja necessária a criação de lei estadual, nem consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, buscando sempre o interesse público.

**15** Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Sobre os direitos sociais é correto afirmar:

- a) A Constituição Federal fixa que a remuneração do serviço extraordinário será superior em 35% à do normal.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.
- c) Há proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 21 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.
- d) É assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, pela Constituição Federal, fundo de garantia do tempo de serviço; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- e) Não cabe ao sindicato a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, mesmo em questões administrativas ou judiciais

**16** Princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) São princípios constitucionais da Administração Pública apenas os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- c) O princípio da eficiência foi acrescentado ao rol dos princípios constitucionais do caput do artigo 37 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- d) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, somente, aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- e) A Administração Pública não obedecerá a nenhum princípio constitucional.

**17** A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A Lei n. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre o processo de licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) Constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso, a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço, e a de maior lance ou oferta.
- c) Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências do ato convocatório de licitação.
- d) A Administração pode descumprir as normas e condições do edital de licitação.
- e) No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela lei.

**18** Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Atualmente, a teoria da responsabilidade do Estado adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é a Teoria da Irresponsabilidade Estatal.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) A Teoria da Responsabilidade sem Culpa era própria dos Estados Absolutistas nos quais a vontade do rei tinha força de lei.
- d) A Teoria da Irresponsabilidade Estadual foi a primeira tentativa de explicação a respeito do dever estatal de indenizar particulares por prejuízos decorrentes da prestação de serviços públicos.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.



19] Ato administrativo é toda manifestação expedida no exercício da função administrativa, com caráter infralegal, consistente na emissão de comandos complementares à lei, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos administrativos não precisam ser motivados, nem conter indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- b) A administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) A administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 8 anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que comprovada a má-fé.
- e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria administração.

20] Pode-se conceituar contrato administrativo como o ajuste estabelecido entre a Administração Pública, agindo nessa qualidade, e terceiros, ou somente entre entidades administrativas, submetido ao regime jurídico-administrativo para a consecução de objetivos de interesse público. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aos contratos administrativos serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.
- b) É cláusula necessária em todo contrato administrativo a que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- c) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstruir os já produzidos.
- d) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- e) A administração pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

**Legislação Municipal**

**21** A respeito dos princípios fundamentais gerais, dispostos nos artigos 1º ao 4º da Lei Orgânica do Município de Cabaceiras, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I) O Município de Cabaceiras integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e a Capital Federal.
- II) Contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais do Município de Cabaceiras.
- III) O exercício da soberania popular, na forma da lei orgânica, nunca poderá acontecer através de fiscalização sobre a administração pública.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

**22** De acordo com os direito e garantias fundamentais previstos na Lei 411/90, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de sessenta dias da data de requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício do direito constitucional.
- b) Nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, deverão observar, entre outros requisitos de validade, o contraditório e a ampla defesa.
- c) O exercício do direito de petição ou representação, independe de pagamento de taxa, emolumentos ou de garantia de instância.
- d) É proibida atribuir qualquer tipo de sigilo aos projetos do Poder Público, sendo o acesso a informação livre a qualquer pessoa.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas em locais abertos ao público, independentemente de autorização, devendo, para tal, existir prévio aviso à autoridade competente ou aquele a quem delegar a atribuição.

**23** O Município de Cabaceiras deverá, para cumprir as competências comuns com a União e o Estado, firmar convênios, contratos, acordos, ajustes ou outros quaisquer instrumentos legais, mediante:

- a) Autorização Executiva do Prefeito, por ser o representante maior do município.
- b) Autorização Executiva do Vice-prefeito, por ter que outorgar a decisão do Prefeito.
- c) Autorização Legislativa.
- d) Autorização exclusiva do Tribunal de Contas Municipal.
- e) Autorização exclusiva do Tribunal de Contas do Estado.

**24** Sobre o mandato do Prefeito Municipal, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I) É de sua Competência privativa, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e, para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos.
- II) O Prefeito não pode ausentar-se do município por mais de 15 dias, sem a autorização da Câmara.
- III) Nos crimes de responsabilidade, assim como nos comuns, o prefeito será submetido a processo e julgamento perante o fórum da comarca local.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

**25** A iniciativa popular no processo legislativo poderá ser apresentada, entre outras formas, por intermédio de projeto de emenda à Lei Orgânica e projeto de Lei Complementar. Tal iniciativa, para ser válida, deverá ser tomada por no mínimo:

- a) 1% do eleitorado do município.
- b) 3% do eleitorado do município.
- c) 5% do eleitorado do município.
- d) 10% do eleitorado do município.
- e) 15% do eleitorado do município.

**Conhecimentos Específicos**

**26** Conforme o parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos devem ser observados vários critérios, entre eles, os citados abaixo, EXCETO:

- a) adoção de formas complexas, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- b) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- c) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- d) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- e) atuação conforme a lei e o Direito.

**27** Em um processo administrativo, quanto à anulação e à revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e deve revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de revogar o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 05 (cinco) anos, contados da data em que foi praticado.
- b) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de revogar o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 03 (três) anos, contados da data em que o vício for descoberto.
- c) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de anular o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 05 (cinco) anos, contados da data em que foi praticado.
- d) A Administração deve anular seus próprios atos, independentemente de eventuais vícios e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Por ser obrigatória a anulação, não ocorre caducidade do direito de a Administração anular o ato administrativo, podendo, assim, exercê-lo a todo tempo.
- e) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e deve revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Todavia, o direito de anular o ato administrativo, do qual decorra efeito favorável ao destinatário, decai em 03 (três) anos, contados da data em que foi praticado.

**28** Sobre a instrução do Processo Administrativo, podemos dizer que:

- I) O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo. Que poderão ser aceitas ou não, conforme conveniência do órgão responsável pelo processo.
- II) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
- III) As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.
- IV) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Estão corretas:

- a) Apenas III e IV.
- b) Apenas I, II e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III

**29** A respeito dos Princípios Arquivísticos é correto afirmar que:

- a) O princípio da unicidade indica que o documento de arquivo é único. Dessa forma, o documento original se opõe as suas cópias.
- b) O princípio da proveniência, aplicado ao ambiente com documentos de arquivo em suporte tradicional, tem seu uso proibido aos repositórios digitais de documentos de arquivo.
- c) O princípio da ordem original significa, na prática, a manutenção da ordem material dos documentos.
- d) O princípio da integridade arquivística determina a preservação dos fundos de arquivo em sua totalidade, sem que haja mutilação e tampouco destruições indevidas e não autorizada.
- e) Segundo o Princípio da Territorialidade os arquivos fazem parte do território onde se encontrarem, independentemente de onde foram produzidos.

30) Utilizando-se o Método Alfabético de Arquivamento, como ficaria a sequência correta dos nomes abaixo relacionados.

- 1) José Amadeo.
- 2) Angel O' Neil.
- 3) J. F. Amadeo.
- 4) Rafael Colorado Filho.
- 5) Dr. Renato Figueroa.

- a) 2 – 5 – 1 – 3 – 4.
- b) 3 – 1 – 4 – 5 – 2.
- c) 3 – 1 – 5 – 4 – 2.
- d) 2 – 3 – 1 – 4 – 5.
- e) 3 – 1 – 2 – 5 – 4.

31) A centralização dos arquivos correntes não é apenas a reunião da documentação em único local, como também a concentração de todas as atividades de controle de documentos. O órgão encarregado dessa centralização é o protocolo que concentra as seguintes atividades:

- a) Recebimento, registro, classificação, distribuição e movimentação de documentos.
- b) Expedição, controle, ordenação, retenção e expurgo.
- c) Recebimento, avaliação, levantamento, movimentação de documentos e descarte.
- d) Arquivo, controle, análise, recebimento e eliminação.
- e) Planejamento, análise, implantação, registro de processos e acompanhamento.

32) Reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, visando a torná-los úteis para fins administrativos, pesquisas históricas é função do arquivo:

- a) Especial.
- b) Permanente.
- c) Intermediário.
- d) Corrente.
- e) Especializado.

33) A gestão de documentos compreende um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, em fases corrente e intermediária, visando à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente. Acerca desse assunto, julgue as assertivas abaixo.

- I) A produção de documentos corresponde ao momento da elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor.
- II) A utilização de documentos se desenvolve mediante a análise e a avaliação dos documentos acumulados no arquivo. O objetivo desse processo é estabelecer prazos de guarda, determinando quais documentos serão objeto de arquivamento permanente, o protocolo deste, a expedição, se for o caso, a organização e, por fim, a eliminação, caso tenham perdido seu valor de prova ou de informação para a instituição.
- III) A gestão de documentos ainda se relaciona internamente com a área de conservação, pois muitas das definições da gestão são o ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho de conservação, que irá hierarquizar suas prioridades de acordo com o suporte da informação, o seu volume físico e o tempo de guarda dos documentos.
- IV) O arquivo permanente da empresa, que guarda os documentos que já não são de uso corrente nos setores, mas que por motivos de ordem legal ou administrativa ainda são preservados, recebe a documentação conforme as normas estabelecidas pela gestão, dentro dos prazos previstos na tabela de temporalidade de documentos e de acordo com os procedimentos de transferência: cronograma, acondicionamento, descrição e relação dos documentos a serem transferidos.

Estão corretas:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) Apenas I e IV.

34) O documento que pela natureza de seu conteúdo informativo, determina medidas especiais de proteção, quanto à sua guarda e acesso público, é classificado como:

- a) Urgente.
- b) Oficial.
- c) Público.
- d) Secreto.
- e) Sigiloso.

35) Desclassificação ocorre quando um documento é:

- a) Colocado na pasta “Diversos” ou “Miscelânea”.
- b) Liberado de restrições de acesso.
- c) Misturado a outros, durante o arranjo.
- d) Ordenado por assunto.
- e) Destinado a descarte, no processo de avaliação.

36) As atividades de conservação buscam aumentar a durabilidade do material do documento. A conservação se divide em atividades de preservação, que são as ações preventivas, e as atividades de restauração, que são ações corretivas. A respeito desse assunto é INCORRETO afirmar que:

- a) Os documentos em papel, ao serem parcialmente molhados ou expostos à umidade, não devem ser secados por meio de ventiladores, pois estes danificam os registros documentais.
- b) Uma das consequências da exposição dos documentos em papel à luz é o seu amarelecimento.
- c) A maneira adequada de prevenir o aparecimento de fungos nos documentos é manter o ambiente estável, com umidade relativa de 55% e temperatura de 22 °C a 25 °C.
- d) A higienização é a remoção de todas as sujidades e de todos os elementos considerados nocivos aos papéis, é descrita como uma ação mecânica e realizada a seco.
- e) Desinfestação, limpeza ou higienização e alisamento são reconhecidos como atividades de conservação.

37) Em relação aos tipos de correspondências descritos abaixo é correto afirmar que:

- a) Requerimento – destinatário com endereço, vocativo, contexto, fecho, data e assinatura são as partes de um requerimento.
- b) Circular – sua finalidade é esclarecer sobre determinado assunto, lei ou regulamento (não pode complementar ou retificar atos oficiais).
- c) Memorando – trata-se de correspondência utilizada na circulação interna e externa.
- d) Declaração – opinião escrita ou verbal, emitida e fundamentada por autoridade competente, acerca de determinado assunto.
- e) Ata – é redigida sem deixar espaço, sem fazer parágrafo para impossibilitar acréscimos.

38) Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue as afirmações seguintes,

- I) Todas as comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura, inclusive as comunicações assinadas pelo Presidente da República.
- II) O despacho ao memorando deve ser dado por meio de outro memorando. Assim, torna-se possível historiar o andamento de matéria que seja tratada no memorando, formando-se uma espécie de processo simplificado.
- III) Em correspondência oficial dirigida a deputado federal, deve-se empregar, no vocativo, o superlativo Ilustríssimo, seguido do pronome de tratamento Senhor e do nome do cargo.
- IV) Adjetivos referidos ao pronome de tratamento empregado em expedientes oficiais devem ser flexionados quanto ao gênero de acordo com o sexo da pessoa a quem se destina a comunicação.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) Apenas IV
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III.

39) A passagem de documentos dos arquivos correntes e/ou intermediários para os arquivos permanentes é chamada de:

- a) Seleção.
- b) Recolhimento.
- c) Descarte.
- d) Transferência.
- e) Condução.

40) Considerada como um conjunto de ações técnicas de caráter intervencionista nos suportes dos documentos, que se propõe a executar o trabalho de reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos documentos ao longo do tempo. Esse procedimento trata-se da:

- a) Restauração.
- b) Higienização.
- c) Desinfestação.
- d) Conservação.
- e) Preservação.

RASCUNHO

RASCUNHO

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Nome: \_\_\_\_\_ Carteira nº \_\_\_\_\_